

Despacho de encaminhamento da CBEX ao MP/TCU, via Adgecex/Scbex

TC 012.248/2016-9

1. Autuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada à Procuradoria-Geral da União (AGU/PGU), encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Adgecex/Scbex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

Responsável	Data do trânsito em julgado	Acórdão
Damião Beltrão Ferreira, CPF 659.372.104-25	19/4/2016	Acórdão 118/2016-TCU-Plenário – condenatório. Acórdão 1.626/2016-TCU-Plenário - retificador

2. O responsável Sr. Damião Beltrão Ferreira foi devidamente notificado do Acórdão 118/2016-TCU-Plenário (retificado pelo Acórdão 1.626/2016-TCU-Plenário), e não recorreu da decisão, nem recolheu a multa lhe imputada.

3. O Aviso de recebimento do Sr. Damião Beltrão Ferreira referente ao ofício 208/2016-TCU-Secex/AL foi assinado, no entanto em seguida o correio apresentou outra informação, retificadora da primeira, desta feita com a informação “mudou-se”.

5. Considerando que consta no processo sentença que condenou o responsável à pena de reclusão, esta Secretaria notificou a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, para saber se ainda se encontrava preso, para, caso positivo, notifica-lo pessoalmente, em consonância com o disposto no art. 76, *caput* e parágrafo único, do Código Civil. Entretanto, os órgãos diligenciados informaram que o responsável esteve preso, mas foi liberado ainda em 2008.

5. Foram autuados os processos de Cbex referentes ao débito e às multas aplicadas ao Sr. Damião Beltrão Ferreira e à Sra. Maria das Dores Silvestre.

6. Informo, por oportuno, que compete à Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral da União (AGU/PGU) promover o lançamento dos registros pertinentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme disposto no art. 2º da Decisão Normativa-TCU 126, de 10/4/2013. Assim, proponho ao MP/TCU que insira no ofício de encaminhamento da documentação à AGU o alerta quanto à necessidade de se fazer os registros cabíveis no Cadin.

Secex-AL, em 12 de julho de 2016.

João Walraven Junior
Secretário substituto